

Favelas e Comunidades Urbanas nas capitais do Nordeste do Brasil: um exame a partir dos Censos de 2010 e 2022.

Glenda Dantas Ferreira - Docente do Departamento de Gestão Pública/UFPB

Email: glenda.dantas@academico.ufpb.br

Luis Renato Nogueira da Rocha - Doutorando do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo - PPGAU/UFPB

Email: luisrnrocha@gmail.com

Renato Régis Araújo - Doutorando do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo - PPGAU/UFPB

Email: renatoregis.araujo@gmail.com

Resumo simples (150–200 palavras):

O presente trabalho traça um panorama das transformações ocorridas em favelas e comunidades urbanas de capitais nordestinas a partir do exame de indicadores demográficos e de infraestrutura utilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nos Censos de 2010 e 2022. A escolha pelas capitais se justifica pelas seguintes razões: (a) concentram e são fortemente afetadas pelas principais problemáticas urbanas; (b) possuem expressiva presença de favelas e comunidades urbanas; (c) apresentam relevância como pólos regionais de concentração de oportunidades e, paradoxalmente, de desigualdades socioespaciais e econômicas. Com relação à metodologia, adotou-se uma abordagem mista e quanto aos objetivos é uma pesquisa exploratória e descritiva. Utilizou-se como técnicas de coleta de dados as pesquisas documental e bibliográfica, além de cartografia digital para a espacialização das favelas e comunidades urbanas. Os resultados preliminares indicam a persistência — e, em determinados contextos, a expansão — dessas. Em Fortaleza e Salvador, por exemplo, verificou-se um incremento no número de domicílios em favelas e comunidades urbanas, acompanhado por uma relativa melhoria nos índices de cobertura dos serviços públicos, o que sugere certo grau de consolidação e de formalização dessas áreas, embora sem a superação das condições de precariedade e vulnerabilidade social que historicamente as caracterizam.

Resumo expandido (até de 1.000 palavras, excluindo as referências):

No Brasil, o processo de urbanização se processou de forma desordenada, acelerada e concentrada resultando em problemáticas sociais e urbanas de diferentes ordens, com destaque para a segregação socioespacial e a precariedade urbanística e habitacional, sobretudo nas cidades de médio e grandes portes.

Nesse contexto, observa-se que o acesso à habitação para a população mais pobre ocorreu de maneira precária, sendo as favelas um dos tipos básicos de moradia. A emergência das favelas remonta ao início do século XX, em particular no Rio de Janeiro. Porém, na contemporaneidade as favelas estão presentes na grande maioria das cidades brasileiras, conforme destacam Pasternak e D'Ottaviano (2016).

As autoras avançam dizendo que “a questão das favelas assume hoje uma dimensão histórica sem precedentes na história do Brasil” (Pasternak e D'Ottaviano, 2016, p. 77). Populações de baixa renda, problemáticas ambientais, urbanísticas e fundiárias acabam conformando territórios precários e vulneráveis que ainda carecem da atuação do Estado com vistas à melhoria das condições de habitabilidade e a integração da “cidade informal” à “cidade formal”.

Com relação a essa atuação, registra-se que, ao longo das décadas, ela transitou de práticas higienistas para àquelas voltadas para a urbanização, integração e regularização de favelas. No caso destas práticas, as estratégias de ação são direcionadas à realização de transformações tanto no ambiente construído (urbanísticas, habitacionais, de infraestrutura e fundiárias) quanto na organização e no desenvolvimento comunitário, em que pese a necessidade de promover a inclusão social e produtiva das famílias.

Aqui vale observar que as práticas citadas se revelam distintas em termos de características, resultados e impactos quando se consideram as especificidades das nossas cidades, sobretudo das capitais, assim como das nossas regiões.

Nesse sentido, Pequeno (2024), com base no Censo 2022, aponta que das regiões brasileiras menos desenvolvidas, a Região Nordeste é a que apresenta o maior percentual de favelas, e o 2º maior quando se consideram todas as regiões brasileiras, perdendo apenas para a Sudeste. O autor observa que o Nordeste possui “26,8% das favelas brasileiras, reunindo 30,9% do total de domicílios e 28,3% da população vivendo neste tipo de assentamento”. Além disso, destaca que a ocorrência de um processo de expansão da favelização no litoral nordestino, expressão das disparidades socioeconômicas que se relacionam diretamente com a expansão do imobiliário, seja essa ligada ao turismo, seja à segunda residência (Pequeno, 2024).

Considerando o exposto, o presente artigo traça um panorama de transformações ocorridas em favelas e comunidades urbanas de capitais nordestinas a partir do exame de indicadores demográficos e de infraestrutura presentes nos Censos de 2010 e 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A escolha pelas capitais se justifica pelas seguintes razões: (a) concentram e são fortemente afetadas pelas principais problemáticas urbanas; (b) possuem expressiva presença de favelas e comunidades urbanas; (c) apresentam relevância como pólos

regionais de concentração de oportunidades e, paradoxalmente, de desigualdades socioespaciais e econômicas.

Observa-se, ainda, que a periodização definida tem potencial para viabilizar a identificação de dinâmicas, tendências e padrões relacionados à ocupação territorial, ao crescimento populacional, à densidade habitacional e ao acesso à infraestrutura urbana nas Favelas e Comunidades Urbanas.

Com relação à metodologia, adota-se uma abordagem mista, e quanto aos objetivos é uma pesquisa exploratória e descritiva. Para tanto, usa como técnicas de coleta de dados as pesquisas documental e bibliográfica.

De modo concreto, foram coletados e analisados dados extraídos dos Censos Demográficos de 2010 e 2022, com destaque para os seguintes indicadores: número absoluto de domicílios, população residente, densidade populacional por hectare e percentuais de cobertura dos serviços públicos essenciais — abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de resíduos sólidos. A sistematização dos dados foi realizada com uso de planilhas eletrônicas, complementadas por cartografia temática a partir do uso de técnicas de georreferenciamento, permitindo, por exemplo, a espacialização das favelas e comunidades urbanas.

Esta combinação metodológica busca articular a robustez da análise quantitativa, ancorada em estatísticas oficiais, com uma interpretação lastreada em literatura que informa sobre a política habitacional, com destaque para o debate sobre favelas, urbanização de favelas e políticas de desenvolvimento urbano.

Olhar para a política habitacional no período recente requer que se considere: (i) a emergência de uma arquitetura institucional, normativa e gestonária, instituída em 2003 com a criação do Ministério das Cidades (MCidades); (ii) a introdução de restrições fiscais que impactaram diretamente na realização de investimentos federais em habitação, em particular devido à Emenda Constitucional nº 95/2016, e o desmonte dessa arquitetura com a extinção do MCidades em 2019.

Com o desmonte dessa arquitetura, as ações direcionadas ao desenvolvimento urbano nas cidades brasileiras foram comprometidas, inclusive com uma redução drástica dos recursos alocados ao programa Moradia Digna — núcleo central da política habitacional no período. Este programa teve uma redução acumulada superior a 86% quando se considera os PPA's 2012-2015 e 2020-2023. Tal decréscimo evidencia o caráter não apenas contingencial, mas deliberado do desmonte, inserido em um projeto político de reconfiguração do papel do Estado na esfera social (Couto e Rech, 2020).

Além disso, o governo federal reduziu significativamente a sua atuação na formulação e no financiamento de políticas urbanas e habitacionais. Tal atuação se

dava em parceria com municípios e estados, principais responsáveis pela implementação da política habitacional.

No caso específico da habitação, o desmonte das políticas públicas comprometeu a continuidade dos programas e a capacidade do Estado de promover ações integradas e estruturantes, indispensáveis à melhoria das condições de habitabilidade nas favelas e comunidades urbanas.

Como reflexo desse quadro, os resultados preliminares do presente estudo indicam a persistência — e, em determinados contextos, a expansão — das favelas e comunidades urbanas. Em Fortaleza e Salvador, por exemplo, verificou-se um incremento no número de domicílios em favelas e comunidades urbanas, acompanhado por uma relativa melhoria nos índices de cobertura dos serviços públicos, o que sugere certo grau de consolidação e de formalização dessas áreas, embora sem a superação das condições de precariedade e vulnerabilidade social que historicamente as caracterizam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARDOSO, Adauto Lúcio; DENALDI, Rosana. Urbanização de favelas no Brasil: Um balanço preliminar do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). In: **Urbanização de favelas no Brasil: um balanço preliminar do PAC**. 1ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.

COUTO, Leandro Freitas; RECH, Lucas Trentin. Desmonte ativo no governo Bolsonaro: uma aproximação pela perspectiva orçamentária. In: GOMIDE, Alexandre de Ávila; SILVA, Michele Moraes de Sá; LEOPOLDI, Maria Antonieta (Orgs.). **Desmonte e Reconfiguração de Políticas Públicas (2016- 2022)**. Ipea: Brasília, DF. 2023.

DENALDI, Rosana. Políticas de urbanização de favelas: evolução e impasses (Tese). Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP). São Paulo, 2003.

LIMA-SILVA, Fernanda. FERREIRA, Glenda Dantas. Governos Municipais e Urbanização de Favelas: variação nas trajetórias locais e na implementação do PAC-UAP. In: **Urbanização de Favelas no Brasil: trajetórias de políticas municipais**. SILVA, Madianita Nunes da. CARDOSO, Adauto Lúcio; DENALDI, Rosana (Org.). 1ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022.

PASTERNAK, Suzana; D'OTTAVIANO, Camila. Favelas no Brasil e em São Paulo: avanços nas análises a partir da Leitura Territorial do Censo de 2010. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 18, n. 35, pp. 75-99, abr 2016. p. 75-99.

PEQUENO, Renato. Expansão da favelização no Brasil: notas preliminares do Censo 2022. **Artigos Semanais**. 21/11/2024. Disponível em:

<https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/expansao-da-favelizacao-no-brasil-notas-preliminares-do-censo-2022/>. Acesso em: 15 maio 2025.

SILVA, Madianita Nunes da. CARDOSO, Adauto Lúcio; DENALDI, Rosana. Trajetórias de políticas municipais de urbanização de favelas: análise comparada das experiências de Belo Horizonte, Campina Grande, Curitiba, Fortaleza, Pelotas, Recife, Rio de Janeiro e Santo André. In: **Urbanização de Favelas no Brasil**: trajetórias de políticas municipais. SILVA, Madianita Nunes da. CARDOSO, Adauto Lúcio; DENALDI, Rosana (Org.). 1ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022.

VALENÇA, Márcio Moraes. Anotações críticas acerca da política habitacional brasileira. In. FERNANDES, Edesio; ALFONSIN, Betânia (coords). **Direito à Moradia Adequada**: o que é, para quem serve, como efetivar. Belo Horizonte: Fórum, 2014.

VALLADARES, Licia do Prado. A invenção da favela: do mito de origem à favela.com. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.